

HANNAH ARENDT

Sobre a revolução

Tradução

Denise Bottmann

Apresentação

Jonathan Schell



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 1963, 1965 by Hannah Arendt

Copyright da apresentação © 2006 by Jonathan Schell

Todos os direitos reservados, incluindo o direito de reprodução total ou parcial, em qualquer meio.

Publicado mediante acordo com Viking, parte do Penguin Group (USA) Inc.

1^a edição brasileira: *Da revolução*. Ática/ UnB, 1988.

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Título original

On revolution

Capa

warrakloureiro

Preparação

Cacilda Guerra

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Luciana Baraldi

Marise Leal

<ficha catalográfica>

[2011]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORARIA SCHWARCZ LTDA.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

*A Gertrud e Karl Jaspers,
em sinal de respeito, amizade e amor*

Sumário

Agradecimentos	9
Apresentação por Jonathan Schell	11
SOBRE A REVOLUÇÃO	
Introdução: Guerra e revolução	35
1. O significado de revolução	47
2. A questão social	92
3. A busca da felicidade	158
4. Fundação I: <i>Constitutio libertatis</i>	188
5. Fundação II: <i>Novus ordo saeclorum</i>	233
6. A tradição revolucionária e seu tesouro perdido	274
Notas	353
Bibliografia	391
Índice remissivo	399

1. O significado de revolução

1.

Aqui não trataremos da questão da guerra. A metáfora anteriormente mencionada e a teoria de um estado de natureza que substituiu e deu prolongamento teórico a essa metáfora — embora tenham servido várias vezes para justificar a guerra e sua violência com base num mal originário, inerente aos assuntos humanos e patente no início criminoso da história humana — guardam uma relação ainda mais próxima com o problema da revolução, porque as revoluções são os únicos eventos políticos que nos colocam diante do problema dos inícios de uma maneira frontal e inescapável. Pois as revoluções, como quer que queiramos definirlas, não são meras mudanças. As revoluções modernas pouco têm em comum com a *mutatio rerum* da história romana ou com a *στάσις*, a guerra civil que afetava a pólis grega. Não podemos equipará-las à *μεταβολαί* de Platão, a transmutação como que natural de uma forma de governo em outra, nem ao *πολιτείων ἀνακύκλωσις*, o ciclo recorrente inalterável a que estão presos os

assuntos humanos, sempre que chegam a seus extremos.¹ A Antiguidade conhecia a mudança política e a violência concomitante à mudança, mas nenhuma das duas parecia gerar algo inteiramente novo. As mudanças não interrompiam o curso daquilo que a era moderna chamou de “história”, o qual, longe de partir de um novo início, era visto como uma recaída num outro estágio do ciclo, seguindo uma trajetória previamente determinada pela própria natureza dos assuntos humanos e, portanto, inalterável.

Existe, porém, um outro aspecto nas revoluções modernas para o qual talvez tenhamos maiores possibilidades de encontrar precedentes anteriores à era moderna. Quem há de negar o enorme papel desempenhado pela questão social em todas as revoluções, e quem há de esquecer que Aristóteles, quando começou a interpretar e explicar a *μεταβολαί* de Platão, já havia descoberto a importância do que hoje chamamos de motivação econômica — a derrubada do governo pelos ricos e a instauração de uma oligarquia, ou a derrubada do governo pelos pobres e a instauração de uma democracia? Igualmente conhecido pela Antiguidade era o fato de que os tiranos sobem ao poder com o apoio da plebe ou dos pobres, e que a melhor oportunidade de manter o poder consiste no desejo popular de igualdade de condições. O vínculo entre riqueza e governo em qualquer país e a percepção de que as formas de governo estão ligadas à distribuição da riqueza, a suspeita de que o poder político pode simplesmente suceder ao poder econômico, e por fim a conclusão de que o interesse pode ser a força motriz em todas as lutas políticas — tudo isso, claro, não é invenção de Marx, aliás nem de Harrington (“Domínio é propriedade, de bens móveis ou imóveis”) ou de Rohan (“Os reis comandam o povo e o interesse comanda os reis”). Se quisermos imputar a um único autor a chamada visão materialista da história, teremos de retroceder até Aristóteles, que foi o primeiro a afirmar que o interesse, que ele designava como *συμψέρον*, aquilo que é útil

para uma pessoa, um grupo ou um povo, é e deve ser a norma suprema a reger os assuntos políticos.

No entanto, essas revoltas e subversões movidas pelo interesse, embora não pudessem deixar de ser violentas e sangrentas até a instauração de uma nova ordem, baseavam-se numa distinção entre ricos e pobres que era tida tão natural e inevitável no corpo político quanto a vida no corpo humano. A questão social começou a desempenhar um papel revolucionário somente quando os homens, na era moderna e não antes, começaram a duvidar de que a pobreza fosse inerente à condição humana, a duvidar de que a distinção entre a minoria que, à força, pela fraude ou pelas circunstâncias, havia conseguido se libertar dos grilhões da pobreza e as massas trabalhadoras miseráveis fosse eterna e inevitável. Essa dúvida, ou melhor, a certeza de que a vida na Terra podia ser abençoada com a abundância, em vez de ser amaldiçoada com a penúria, era pré-revolucionária e de origem americana; ela nasceu diretamente da experiência colonial americana. Em termos simbólicos, pode-se dizer que estava montado o palco para as revoluções no sentido moderno de uma mudança completa da sociedade quando John Adams, mais de uma década antes de eclodir efetivamente a Revolução Americana, pôde afirmar: “Sempre considero a colonização da América como a inauguração de um grandioso plano e desígnio da Providência para o esclarecimento dos ignorantes e a emancipação da parcela escrava da humanidade em toda a Terra”.² Em termos teóricos, estava montado o palco quando primeiro Locke — provavelmente sob a influência das condições de prosperidade nas colônias do Novo Mundo — e depois Adam Smith declararam que a labuta e o trabalho pesado, longe de serem apanágios da pobreza, atividades a que a miséria condenava os despossuídos, eram, pelo contrário, a fonte de todas as riquezas. Nessas condições, a rebelião dos pobres, da “parcela escrava da humanidade”, realmente podia almejar mais do que a

libertação deles mesmos e a escravização da outra parcela da humanidade.

A América tinha se tornado o símbolo de uma sociedade sem pobreza muito antes que a era moderna, em seu desenvolvimento tecnológico inaudito, tivesse descoberto os meios efetivos de abolir aquela sórdida penúria da miséria completa que sempre fora considerada eterna. E somente depois que foi feita essa descoberta e ela chegou ao conhecimento da humanidade europeia é que a questão social e a revolta dos pobres vieram a desempenhar um papel genuinamente revolucionário. O antigo ciclo da eterna repetição se baseava numa distinção supostamente “natural” entre ricos e pobres;³ a existência concreta da sociedade americana antes da revolução rompeu esse ciclo de uma vez por todas. Existem inúmeros debates eruditos sobre a influência da Revolução Americana sobre a Revolução Francesa (bem como sobre a influência decisiva de pensadores europeus sobre o curso da própria Revolução Americana). Mas, por mais justificadas e esclarecedoras que sejam essas análises, não existe nenhuma influência comprovável sobre o curso da Revolução Francesa — como o fato de ter começado com a Assembleia Constituinte ou que a *Déclaration des Droits de l'Homme* seguisse os moldes da declaração de direitos da Virgínia — que se compare ao impacto da “surpreendente prosperidade”, como já dizia o abade Raynal, referindo-se às terras que ainda eram colônias inglesas na América do Norte.⁴

Teremos ainda ampla oportunidade de discutir a influência, ou a não influência, da Revolução Americana sobre o rumo das revoluções modernas. É inegável que o espírito dessa revolução não teve grande impacto visível no continente europeu, e tampouco o tiveram as cuidadosas e doutas teorias políticas dos Pais Fundadores. O que os homens da Revolução Americana consideravam uma das maiores inovações do novo governo republicano — a aplicação e aperfeiçoamento da teoria de Montesquieu sobre

a divisão dos poderes no interior do corpo político — sempre desempenhou um papel muito secundário no pensamento dos revolucionários europeus; ela foi rejeitada em bloco por Turgot, mesmo antes de estourar a Revolução Francesa, em suas considerações sobre a soberania nacional,⁵ cuja “majestade” — e *majestas* era o termo usado originalmente por Jean Bodin, que Turgot traduziu como *souveraineté* — supostamente exigia um poder centralizado indiviso. A soberania nacional, ou seja, a majestade da esfera pública, tal como veio a ser entendida nos vários séculos de monarquia absoluta, parecia contradizer a instauração de uma república. Em outras palavras, é como se o Estado nacional, tão mais antigo do que todas as revoluções, tivesse derrotado a revolução na Europa antes mesmo que ela surgisse. Por outro lado, aquilo que apresentou a todas as outras revoluções o problema mais urgente e menos solúvel politicamente — a questão social sob a forma da terrível miséria em massa — mal chegou a desempenhar algum papel durante a Revolução Americana. O que alimentou o impulso revolucionário na Europa não foi a Revolução Americana, e sim a existência de condições sociais na América que lá tinham se implantado e eram bastante conhecidas na Europa muito antes da Declaração de Independência.

O novo continente havia se tornado um refúgio, um “asilo” e um ponto de convergência dos pobres; surgira uma nova linhagem de indivíduos, “unidos pelos laços suaves do governo moderado”, vivendo em condições de “uma agradável uniformidade” da qual fora banida “a miséria absoluta pior do que a morte”. Ainda assim, Crèvecoeur, autor dessas palavras, opunha-se radicalmente à Revolução Americana, que via como uma espécie de conspiração de “grandes personagens” contra “as fileiras comuns dos homens”.⁶ O que revolucionou o espírito dos homens, primeiro na Europa e depois em todo o mundo, não foi a Revolução Americana e sua preocupação com a instauração de um novo corpo político, uma

nova forma de governo, e sim a América, o “novo continente”, o americano, um “novo homem”, “a encantadora igualdade”, nas palavras de Jefferson, “que os pobres gozam com os ricos” — e a tal ponto que, desde as fases finais da Revolução Francesa até as revoluções de nossos tempos, os revolucionários têm considerado mais importante transformar o arcabouço da sociedade, como fora transformado na América antes de sua revolução, do que transformar a estrutura da esfera política. Se de fato a única coisa em jogo nas revoluções modernas era a transformação radical das condições sociais, então realmente se pode dizer que suas origens se encontram na descoberta da América e na colonização de um novo continente — como se a “encantadora igualdade” que havia se desenvolvido de maneira natural e, por assim dizer, orgânica no Novo Mundo só pudesse ser alcançada no Velho Mundo, quando lá chegou a notícia de novas esperanças para a humanidade, por meio da violência e da carnificina da revolução. Com efeito, essa abordagem em suas diversas versões, muitas delas extremamente elaboradas, veio a se generalizar entre os historiadores modernos, que chegaram à conclusão lógica de que nunca ocorreu nenhuma revolução na América. Vale notar que essa concepção encontrou certo respaldo em Karl Marx, que parecia crer que suas profecias sobre o futuro do capitalismo e as revoluções proletárias vindouras não se aplicavam aos desenvolvimentos sociais nos Estados Unidos. Quaisquer que sejam os méritos dessas ressalvas de Marx — e que certamente mostram uma compreensão maior da realidade factual do que seus seguidores jamais foram capazes —, essas mesmas teorias são refutadas pelo simples fato da existência da Revolução Americana. Pois os fatos são teimosos; não desaparecem quando os historiadores ou os sociólogos se recusam a ouvi-los, embora possam desaparecer quando todos os esquecem. Em nosso caso, esse esquecimento não seria meramente acadêmico; seria decretar literalmente o fim da República americana.